

*Aprovado.
Publicado no site oficial
da ENSE E.P.E.*


Filipe Meirinho
Presidente do Conselho
de Administração

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



Índice

Introdução	3
1. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.....	4
1.1 Qualidade de Educação	4
1.2 Reduzir as desigualdades.....	5
1.3 Energia renovável acessível.....	6
1.4 Trabalho digno e crescimento económico	8
1.4.1 Sustentabilidade económica, financeira e patrimonial	9
1.4.2 Sistema de Avaliação de Desempenho.....	10
1.5 Inovação de infraestruturas	10
1.6 Cidades sustentáveis, Consumo e produção responsável.....	11
1.6.1 Responsabilidade Social	11
1.7 Alterações Climáticas.....	12

Introdução

As emissões mundiais de CO₂, desaceleraram no ano de 2020 graças ao efeito da pandemia e decorrentes transformações do funcionamento tradicional do sector terciário.

Segunda a Agência Internacional da Energia (AIE) as emissões relativas a produtos derivado do petróleo decresceram cerca de 1.2Gt CO₂ em 2020^[1]. Ademais, estima-se que 50% da redução total de emissões deve-se à redução de atividade no sector dos transportes, consequência das medidas de confinamento como resposta ao alastrar da pandemia da Covid-19.

O sector do Transporte ultrapassou, nos últimos anos, o sector da indústria como maior sector de consumo energético no mundo. Em Portugal o peso do sector é mais expressivo do que a média mundial bem como a média da EU. De acordo com a APETRO^[4], no ano de 2018, o sector dos transportes é o maior consumidor de energia com 36% do total.

Neste contexto, segundo o EuroStat, em 2019, 71.48% do consumo de energia final no sector dos transportes foi em forma de gásóleo e 18.50% em forma de gasolina. De completar que 4.55% foi a fatia relativa à incorporação de biocombustíveis. No total, o Petróleo e os seus derivados representam 98.98% de todo o consumo de energia final no sector dos transportes em Portugal ^[2].

Segundo a EAFO (*European Alternative Fuels Observatory*) em 2020 em Portugal existiam 2 470 carregadores elétricos, sendo que 494 eram carregadores rápidos ^[3]. Importa referir que 77 postos de abastecimento tinham carregadores elétricos em 2019^[4].

Como comparação, salienta-se que 396 postos de abastecimento tinham a opção de *gás automóvel* ^[4].

Assim, a medida de transformação sustentável do sector dos transportes mais notável é a adoção de biocombustíveis.

Do ponto de vista da Economia Circular, o potencial dos biocombustíveis torna-se fundamental uma vez que o tratamento de resíduos orgânicos para a geração de biocombustíveis permite a redução da pegada ecológica, graças à neutralidade carbónica do processo.

A ENSE emitiu 401 729 de Títulos de Biocombustíveis em 2020, o que significa uma redução de 11.25% relativamente ao ano anterior. A redução do número de emissões encontra-se associada à redução do consumo de combustíveis por um lado, ainda que a meta de incorporação tenha subido de 7% para 10%, e à utilização dos títulos de dupla contagem que ainda seriam válidos no decorrer do ano de 2020.

1. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

Guiando-se pelas boas práticas internacionais de reporte (*Global Reporting Initiative*)^[5], a ENSE descreve sucintamente como a sua intervenção partilha dos valores e objetivos designados pela ONU^[6] como *Sustainable Development Goals* (SDG).

Como parte da agenda para o desenvolvimento sustentável para 2030, as Nações Unidas definiram em 2015 17 objetivos prioritários de cooperação internacional.

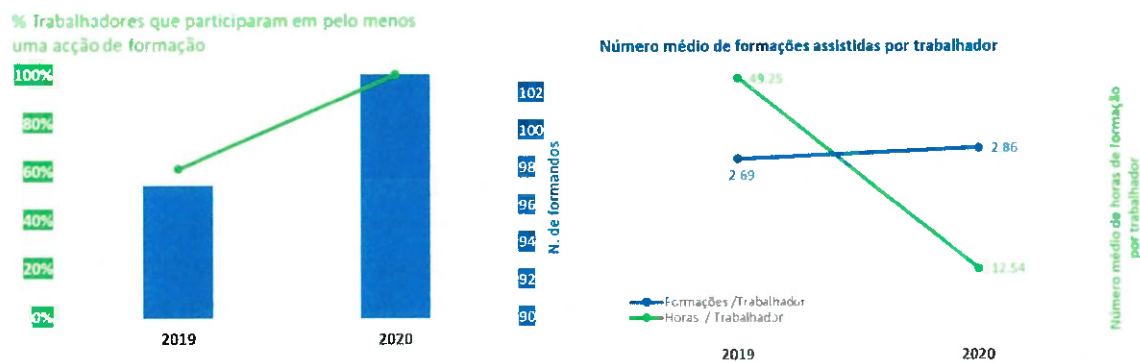
Neste âmbito, a ENSE identifica, infra, as áreas em que a sua atividade contribui para os objetivos da ONU.



1.1 Qualidade de Educação

A ENSE tem um plano de formação anual para os seus colaboradores, que oferece a possibilidade, a cada trabalhador, de identificar as suas áreas de interesse e necessidades formativas. No âmbito desse plano, os colaboradores da ENSE frequentaram, ao longo de 2020, formações relacionadas com o desenvolvimento das suas competências, nomeadamente a sua atividade enquanto entidade fiscalizadora do setor energético e entidade central de armazenagem.

As incertezas que proliferaram no ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19, originaram alterações intensas ao seu modelo de formação, o que se refletiu no total de horas ministradas. Sendo grande parte da formação relacionadas com ações de fiscalização ou prevenção de acidentes no terreno, a ENSE viu-se obrigada a adiar as ações previstas para o ano subsequente.

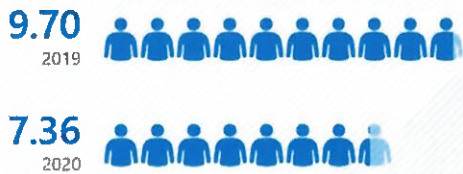


Não obstante, a formação proporcionada pela ENSE aos seus trabalhadores no decorrer de 2020, verificou-se mais inclusiva, uma vez que 100% dos seus trabalhadores participaram em pelo menos uma ação de formação, comparativamente aos 61% atingidos em 2019, enquanto o número de presenças total (formandos) subiu de 97 em 2019, para 103 em 2020.

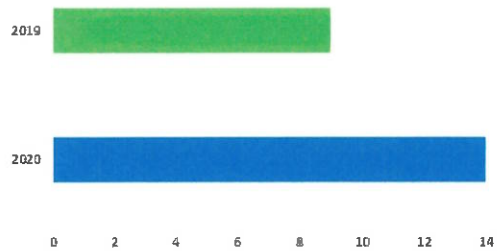
Neste contexto, é também possível observar que no ano de 2020, apesar de registar um aumento no número médio de formações por trabalhador (de 2,69 para 2,86), o número de horas em formação médio reduziu de 49 horas e 15 minutos em 2019 para 12 horas e 32 minutos em 2020.

Neste seguimento, note-se que a duração média das formações aos colaboradores da ENSE desceu em 2020.

Trabalhadores por formação



Ações de formação



Ainda relativamente ao tema da aposta na formação dos seus colaboradores, perante o código do trabalho, a ENSE deve assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de 40 horas de formação, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador. Ora, em 2019, a entidade ultrapassou esse valor, registando na sua totalidade, 49 horas formativas. Considerando que 2020 tenha sido um ano excepcional, a empresa pretende em 2021 retomar os valores dos anos anteriores, tendo neste momento elaborado já um Plano que contempla formação sobre as diversas áreas tanto a novos colaboradores como aos trabalhadores que já integram o quadro de pessoal.



1.2 Reduzir as desigualdades

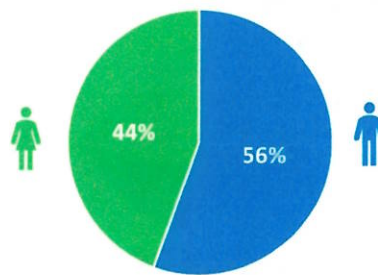
Por forma a cumprir com os objetivos plasmados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013, publicada em 8 de março de 2013 e complementada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, publicada em 7 de março de 2014, a qual tem como finalidade a promoção da igualdade de género no mercado de trabalho e da eliminação progressiva das desigualdades salariais entre mulheres e homens, a ENSE tem elaborado um Relatório sobre as Remunerações por Género, de três em três anos.

Desta feita, o Conselho de Administração da ENSE aprovou, no dia 21 de setembro de 2020, o Relatório sobre as Remunerações por Género relativas ao ano de 2019.

Em 2020, esta entidade procedeu à elaboração do Plano para a Igualdade de género, aprovado a 10 de setembro 2020, onde constam os compromissos da empresa traduzidos nas medidas que seguem:

- *Integrar a Igualdade de Género e Não Discriminação nos principais documentos da empresa;*
- *Nomear um responsável pela implementação e acompanhamento do plano de igualdade;*
- *Criar um questionário, de base anual, para divulgação entre os trabalhadores.*
- *Nos processos de recrutamento da entidade, evidenciar o carácter indiferenciado por género das funções;*
- *Criação de um grupo de trabalho para apresentar propostas de nesta matéria; e*
- *Desenvolver parcerias e protocolos com diversas entidades e divulgar um catálogo pelos trabalhadores.*

A 31 de dezembro de 2020 a estrutura da ENSE era composta da seguinte forma:



Trabalhadores da ENSE por Género



1.3 Energia renovável acessível

Nas competências da ENSE encontra-se igualmente a promoção e fiscalização do cumprimento das metas para a incorporação de biocombustíveis nos combustíveis comercializados em Portugal, num esforço civilizacional de incremento de uma economia mais sustentável, circular e que utilize de forma mais eficiente os recursos.

Em paralelo, no desenvolvimento da sua atividade de fiscalização, a ENSE procura, sempre que possível, contribuir para novas soluções que incrementem opções ambientalmente mais sustentáveis, em que um bom exemplo foi o investimento feito no âmbito da renovação da sua frota de veículos automóveis ao incluir alguns veículos híbridos.

Para além disso, importa referir ainda que a ENSE atualiza regularmente os seus equipamentos tendo também em consideração a sua eficiência energética.

No decurso do ano de 2020, face a um cenário anormal das condições de trabalho, com recurso regular ao sistema de teletrabalho sempre que as funções o que permitiam fruto do cenário pandémico, as despesas com o funcionamento da entidade relativas à energia consumida constam na tabela que segue:

Valores em €

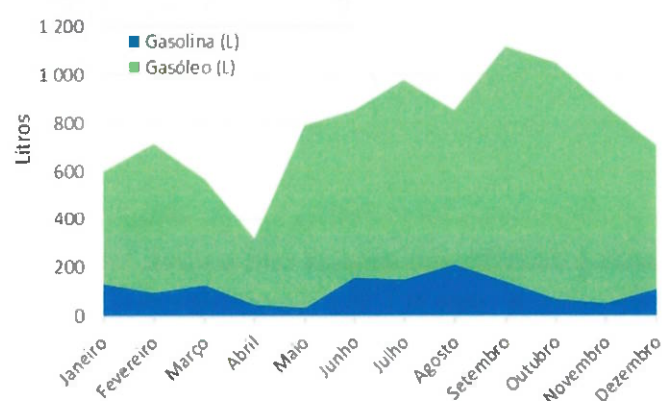
Despesa	2018	2019	2020	Δ%
Energia e fluidos	78 462	73 011	66 089	-9%
Eletricidade	46 390	45 920	42 620	-7%
Combustíveis	20 102	19 476	15 401	-21%
Combustíveis Órgãos Sociais	3 841	3 214	1 198	-63%
Combustíveis outros	732	912	1 219	34%
Combustíveis Gasolina	310	751	1 997	166%
Combustíveis Gasóleo	15 220	14 598	10 988	-25%

Despesas com energia ENSE

Fonte: Balancete

Consumo de Combustíveis

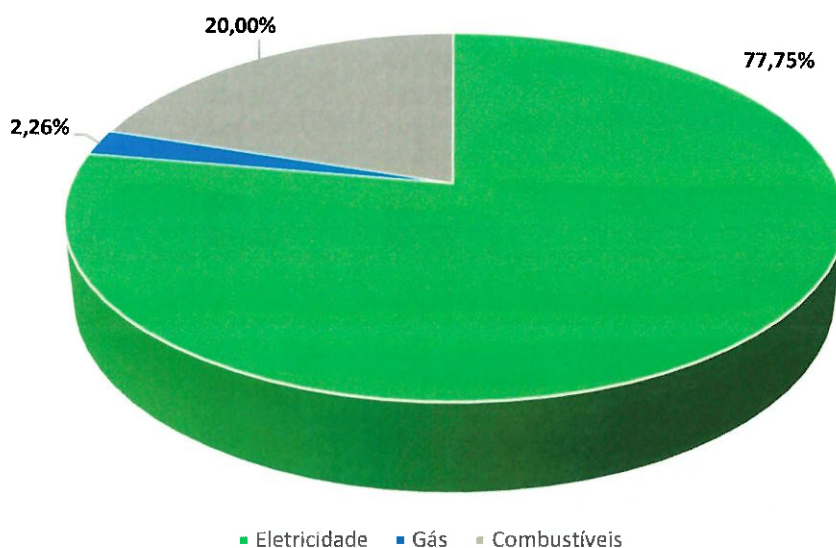
Relativamente ao consumo de combustíveis para a sua frota automóvel, durante a execução das suas funções, a ENSE verificou igualmente os efeitos do confinamento como se pode verificar no gráfico que segue:



Na tabela que segue, é possível observar o consumo energético total da ENSE, tanto nas suas instalações como em deslocações:

Energia	Consumo	Unidade
Eletricidade*	394 661.00	kWh
Gás	1 039.00	m ³
Gasóleo	8 092.21	Litros
Gasolina	1 335.03	Litros

*Dado a restrições administrativas o valor apenas inclui uma estimativa limitada (iluminação) para o consumo na sede.



De notar que cerca de 77.75% da energia consumida é na forma de eletricidade, de acordo com a análise da ENSE, enquanto os combustíveis totalizam 20% e o gás natural apenas 2.26%. Os dados utilizados para a análise carecem da inclusão do total dos consumos na sede por restrições administrativas.

Por último, importa referir que no decorrer no ano de 2020 a ENSE encontrava-se a equacionar um investimento na sua sede que visa uma redução do consumo elétrico em cerca de 67% e consequentes emissões, descrito nos capítulos que se seguem.



1.4 Trabalho digno e crescimento económico

Neste cenário atípico, forçado pela pandemia da Covid-19, a ENSE reforçou a confiança na inovação que tem cimentado junto dos seus colaboradores e *stakeholders*, nomeadamente através da utilização de ferramentas de cariz tecnológico.

No cumprimento da sua função de fiscalização/supervisão, a ENSE executa e concretiza um processo de desmaterialização total dos seus processos de e para todos os operadores, o que permite agilizar ainda mais os procedimentos, evita a necessidade de um reforço ainda mais robusto de recursos humanos e de alocação de meios financeiros para o cumprimento cabal das responsabilidades legais, ao mesmo tempo que garante a qualquer um dos intervenientes uma ferramenta gratuita e tão simples quanto o possível que não acrescente custos operacionais. A face mais visível desta estratégia foi a entrada em funcionamento do Balcão Único Eletrónico no dia 1 de abril de 2016, entretanto renomeado Balcão Único da Energia, que permitiu, até agora, o registo de mais de 5000 operadores, e facilitar acesso a um modelo de registo eletrónico de todas as obrigações legais previstas, ao mesmo tempo que garantiu uma informação estatística

com um grau de *compliance* que nunca tinha sido alcançado anteriormente. Em 2020, o Balcão Único da Energia continuou a ser objeto de desenvolvimento, sobretudo dentro da proposta feita pela ENSE junto do governo no sentido de transformar esta solução numa ferramenta partilhada por todos os organismos públicos do setor energético, dando resposta ao objetivo estratégico da simplificação administrativa, no qual uma ligação permite uma interação total, única e centralizada.

Assim, garantido o acesso a equipamentos dos seus colaboradores e com uma estrutura interna com uma cultura de inovação, mesmo num ano atípico e com períodos alargados de confinamento ou restrições, as atividades laborais decorreram com normalidade e sem transtornos significativos.

1.4.1 Sustentabilidade económica, financeira e patrimonial

A ENSE é uma entidade que dispõe de receita própria obtida juntos dos operadores junto do Sistema Petrolífero Nacional.

Este facto torna-a autónoma no que aos rendimentos diz respeito, não dependendo de qualquer dotação orçamental proveniente do Estado Português.

Os seus estatutos preveem que a principal Unidade Operacional da entidade, a Unidade de Reservas Petrolíferas, que concentra 82% da sua atividade total, recupere, “quantum satis”, a totalidade dos seus gastos através da emissão de uma prestação pecuniária anual, a faturar e cobrar aos operadores petrolíferos.

Ademais, uma das parcelas de gasto contabilizadas anualmente, consiste no apuramento de uma verba inscrita no orçamento para o fundo estatutário, posteriormente executada, com o propósito de recomprar as reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolíferos, para compensar quebras do *stock* de reservas decorrentes do abastecimento do mercado energético nacional em situação de emergência.

O fundo estatutário é acumulado anualmente em rubrica específica dos capitais próprios, de acordo com as normas estatutárias da ENSE com o propósito mencionado.

Por esse facto, a entidade detém uma situação líquida acumulada tendencialmente crescente, em função da dotação anual para o fundo estatutário.

Para este apuramento é necessário expurgar o efeito de eventuais imparidades em inventário (perdas ou reversões) exigidas pela pelo referencial contabilístico vigente, IAS nº 2 e NCRF nº 18 cujo efeito é meramente potencial na medida em que a entidade não comercializa os seus *stocks* (reservas estratégicas).

Para o efeito podemos identificar o EBITDA apurado pela ENSE, nos últimos três anos, expurgando o efeito das imparidades em inventário:

	(K€)		
ANOS	2018	2019	2020
EBITDA	3 429,8	51,1	28,5

Acresce mencionar que a Unidade afeta à fiscalização, a Unidade de Controlo e Prevenção, também dispõe atualmente de receita própria, sendo os rendimentos obtidos junto dos operadores do mercado petrolífero nacional e através da prestação de serviços associados à fiscalização de reservas.

Nestes termos, a sustentabilidade económica, financeira e patrimonial da ENSE tem sido alcançada.

1.4.2 Sistema de Avaliação de Desempenho

No âmbito do Regulamento do Estatuto de Pessoal e Carreiras da ENSE, E.P.E., que entrou em vigor no dia 1 de novembro de 2018 e, nos termos do qual, compete ao Conselho de Administração, definir o método de avaliação do desempenho do trabalho., a ENSE decidiu implementar, em 2020, um sistema de avaliação de desempenho que permita promover a motivação dos trabalhadores, o desenvolvimento das competências e qualificações dos dirigentes e trabalhadores, bem como identificar as necessidades de formação e desenvolvimento profissional adequadas à melhoria do desempenho dos serviços da ENSE.

Finalmente, e como referido anteriormente a ENSE encontra-se a equacionar um investimento na sua sede que têm entre outros objetivos a melhoria das condições de trabalho da sua estrutura, através de níveis mais adequados de iluminação e com reforço da eficiência energética.



1.5 Inovação de infraestruturas

A ENSE faz um investimento contínuo na melhoria das suas instalações, nomeadamente nas instalações onde detém as reservas nacionais de combustíveis, garantido a segurança das mesmas, um reforço da sua operacionalidade, sendo que em 2020 foram lançados procedimentos de novos investimentos que serão concretizados em 2021 na ordem de 1,18 milhões de euros.

Neste contexto, durante o ano de 2020 a ENSE investiu um montante total de 38 430.47€ na melhoria das suas instalações, como segue:

INVESTIMENTOS EM INSTALAÇÕES 2020 (€)	
SEDE	3 400,74
POLNATO	35 030,00

TOTAL**38 430,74**

Adicionalmente, como sinalizado anteriormente, com o objetivo de melhoria das condições de trabalho dos funcionários e do impacto social da ENSE, por via do consumo de energia elétrica, foi solicitada a avaliação da qualidade e garantia dos adequados níveis de luminosidade, nos espaços de trabalho da sede da ENSE, com equipamentos que apresentem consumos de energia mais reduzidos, isto é, mais eficientes.

Neste contexto, e após análise do mercado nacional, foi solicitado um estudo e proposta de fornecimento e instalação, para substituição total da infraestrutura de iluminação do edifício sede da ENSE.

Estima-se então um investimento no decorrer no ano de 2021 de cerca de 26 426.54€ que possibilita a total substituição das fontes de luz convencionais por outras, de última geração, com maior eficiência (tecnologia LED). Permitindo a gestão do fluxo luminoso em função da necessidade, possibilitando ainda que essa gestão seja feita automaticamente por via de sensores individuais. Adicionalmente, há o ganho no controlo de quantidade de luz em excesso nos postos de trabalho.



1.6 Cidades sustentáveis, Consumo e produção responsável

O impacto da atividade da ENSE é valioso, tanto na sua função de fiscalizador, garantindo não só sistemas de produção e distribuição responsáveis, mas também, a transparência e competitividade do sector através de mecanismos como os preços de referência, e boletins informativos. Nunca é demais relembrar a importância do sector para o tecido empresarial e desenvolvimento económico do país.

Neste seguimento, cabe também a ENSE, a monitorização tanto de reclamações bem como de acidentes na cadeia de produção e distribuição de todo o sector energético.

1.6.1 Responsabilidade Social

No âmbito das competências estatutárias da ENSE, nomeadamente quanto ao controlo da qualidade dos combustíveis, são recolhidas amostras em todo o território nacional para análise. Após a publicação dos resultados analíticos, a ENSE procede à doação das amostras de combustível – não utilizadas na análise -, a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas, bastando o seu registo através do seu site oficial no seguinte endereço: <https://www.ense-epe.pt/inscricao-de-instituicoes-de-solidariedade/>

Nos últimos anos, a ENSE procedeu já a doações a instituições tais como a CERCIOEIRAS (2016), a APCE – Associação de Paralisia Cerebral de Évora (2018) e a Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco (2019), sendo que, no decurso do ano de 2020, devido à pandemia provocada pelo SARS COV-19, não conseguiu dar continuidade ao processo de doação das amostras de combustível a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas, conforme tem vindo a ser habitual. Estas amostras recolhidas no âmbito do processo de controlo de qualidade dos combustíveis, e não utilizadas na análise, são habitualmente disponibilizadas, mediante sorteio, ao universo das instituições de solidariedade social que se inscrevam para o efeito, esperando-se que esta prática seja retomada mal seja ultrapassada a crise pandémica.

No entanto, a ENSE nunca deixa de procurar promover uma relação positiva que ajude a alavancar a intervenção social e operacional no meio envolvente às suas instalações, sendo exemplo disso o Protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Trafaria, entidade parceira na formação e promoção da prevenção e segurança das instalações da Polnato, através do qual a ENSE contribuiu financeiramente durante o ano de 2020 para a aquisição de equipamentos de proteção individual para esta corporação com o objetivo de reforçar a proteção de pessoas e bens.



1.7 Alterações Climáticas

A ENSE foca as suas operações maioritariamente em duas instalações, com deslocações frequentes dentro e Portugal como parte da sua função de entidade fiscalizadora de todo o setor energético. Neste âmbito, verifica-se que a fatia mais considerável da pegada ecológica está relacionada com o consumo de energia nas suas instalações bem como frota automóvel. A tabela de seguida apresenta uma estimativa em toneladas de dióxido de carbono (CO₂) por cada tipo de energia consumida.

Energia	Emissões tCO ₂	Peso %
Eletricidade*	63.94	70.5%
Gás	2.25	2.5%
Gasóleo	21.46	23.7%
Gasolina	3.04	3.3%
TOTAL	90.68	

*Dado a restrições administrativas o valor apenas inclui uma estimativa limitada (iluminação) para o consumo na sede.



Emissões por trabalhador - ENSE, 2020

Verifica-se que o maior impacto na pegada ambiental da ENSE (relativamente a emissões) está ligado à utilização de eletricidade, contudo, ainda que mantendo o seu consumo aos meus níveis

de ano para ano, verifica-se uma redução na sua pegada ecológica com o aumento anual de energias renováveis no *mix* elétrico nacional.

Como consta na figura anterior, a pegada carbónica por trabalhador na ENSE em 2020 foi de 2.52 t CO².

Por outro lado, a ENSE elaborou um Plano de Intervenção e Utilização das Reservas de Segurança (PIURSE) que se enquadra numa estratégia de resiliência a cenários de disrupção do setor petrolífero, mas que permitiu a criação do Centro de Coordenação Operacional da Energia que visa organizar respostas transversais de monitorização do normal funcionamento de todo o setor energético, e que, desse modo, visa replicar soluções de ligação, informação e articulação de respostas, que estão neste momento implementadas e que poderão ser os alicerces de um futuro Plano Nacional de Segurança Energética.

Adicionalmente, a ENSE é responsável por o acompanhamento e monitorização de acidentes nas instalações do sector energético.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Autor: Departamento de Estudos e Acompanhamento

Fontes:

- [1] IEA, Change in CO2 emissions by fuel, 1990-2020, IEA, Paris - <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/change-in-co2-emissions-by-fuel-1990-2020>
<https://www.iea.org/data-and-statistics/?country=WORLD&fuel=Energy%20consumption&indicator=TFCShareBySector>
- [2] https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/NRG_BAL_C/default/table?lang=en
- [3] https://www.eafo.eu/uploads/temp_chart_/data-export-080321.pdf?now=1615197513454
- [4] APETRO:
https://www.apetro.pt/folder/galerianoticia/ficheiro/961_AF_Apetro_Brochura_digital_poj3uawtlk.pdf
- [5] GRI: <https://www.globalreporting.org/>
- [6] ONU SDG: <https://sdgs.un.org/goals>
- [7] GALP: <https://www.galp.com/pt/pt/empresas/eletricidade-e-gas/Apoio-ao-Cliente/Centro-de-Informacao/Eletricidade-e-Gas-Natural-da-Galp>
- [8] APREN: <https://www.apren.pt/>

Classificação da informação: Uso externo

Data da realização: março de 2021